

FEIRA AGROECOLÓGICA DE LAGOA SECA (PB): DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Alisson Rodrigo Leite dos Santos

Bacharel em Agroecologia, Universidade Estadual da Paraíba, Lagoa Seca-PB, Brasil¹
alissonagro10@gmail.com

Fábio Agra de Medeiros Nápoles

Doutor em Engenharia Agrícola. Professor do curso de Agroecologia da Universidade Estadual da Paraíba, Lagoa Seca-PB, Brasil¹
fagrameiros@gmail.com

Anderson Felipe Leite dos Santos

Doutorando em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente-SP, Brasil²
anderson.felipe@unesp.br

RESUMO: Este estudo tem como principal objetivo compreender os desafios e possibilidades do desenvolvimento da feira agroecológica de Lagoa Seca, estado da Paraíba, a partir do relato dos feirantes. A metodologia adotada na pesquisa é de abordagem quali-quantitativa, do tipo estudo de caso, cujos objetivos são de caráter descritivo e exploratório, tendo como *locus* social a única feira Agroecológica em funcionamento no município citado. O instrumento de coleta de dados foi a observação participante e aplicação de entrevista estruturada com os feirantes. Com os resultados obtidos, verificou-se que os agricultores produzem sem utilizar agrotóxicos, fazendo o uso de defensivos naturais e técnicas de manejo agroecológico para combater pragas e doenças, contribuindo, assim, para a segurança alimentar e nutricional daqueles que produzem e consomem os alimentos. Isso gera mais autonomia para o pequeno agricultor e possibilita o crescimento econômico.

Palavras-chave: agroecologia; agricultura familiar; feira agroecológica; sustentabilidade.

AGROECOLOGICAL FAIR IN LAGOA SECA (PB): CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT

ABSTRACT: The main objective of this study is to understand the challenges and possibilities for the development of the agroecological fair in Lagoa Seca, state of Paraíba, based on the reports of the stallholders. The methodology adopted in the research is a qualitative-quantitative approach, the type of case study, objectives are descriptive and exploratory, having as its social locus the only Agroecological fair operating in the city mentioned. The data collection instrument was participant observation and application of a structured interview with the stallholders. With the results obtained, it was found that essential users without using pesticides, making use of natural pesticides and agroecological management techniques to combat pests and diseases, thus contributing to food and nutritional security who need and consume food. This creates more autonomy for the small farmer and enables economic growth.

Keywords: agroecology, family farming, agroecological fair, sustainability.

FERIA AGROECOLÓGICA EN LAGOA SECA (PB): RETOS Y POSIBILIDADES PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE

RESUMEN: El objetivo principal de este estudio es comprender los desafíos y posibilidades para el desarrollo de la feria agroecológica en Lagoa Seca, estado de Paraíba, a partir de los informes de los comerciantes. La metodología adoptada en la investigación es un enfoque cualitativo-cuantitativo, del tipo estudio de caso, cuyos objetivos son descriptivos y exploratorios, teniendo como locus social la única Feria Agroecológica en funcionamiento en la ciudad mencionada. El instrumento de recolección de datos fue la observación participante y la aplicación de una entrevista estructurada con los comerciantes.

¹ Endereço para correspondência: Câmpus II, Sítio Imbaúba, s/n, Zona Rural, CEP: 58117-000, Lagoa Seca, PB.

² Endereço para correspondência: Rua Roberto Simonsen, 305, CEP: 19060-900, Presidente Prudente, SP.

Con los resultados obtenidos, se encontró que los agricultores producen sin usar pesticidas, utilizando pesticidas naturales y técnicas de manejo agroecológico para combatir plagas y enfermedades, contribuyendo así a la seguridad alimentaria y nutricional de quienes producen y consumen los alimentos. Esto crea más autonomía para el pequeño agricultor y permite el crecimiento económico.

Palabras clave: agroecología, agricultura familiar, feria agroecológica, sostenibilidad.

Introdução

As atividades agrícolas, em seu processo histórico, como explica Souza (2011), tiveram significativa importância ao proporcionar que as primeiras aglomerações se expandissem, sendo essencial para o homem firmar-se em seu ambiente, estabelecendo uma economia produtiva com o cultivo de plantas e a domesticação de animais, deixando, então, de ser nômade.

Nos séculos XX e XXI, políticas públicas têm sido implantadas com direcionamento ao agricultor de base familiar no intuito de maximizar a produção e, com isso, propiciar que grande parte das famílias permaneça vivendo e trabalhando no campo, continuando na produção de alimentos que abastecem os mercados locais e nacionais, promovendo a qualidade de vida dos consumidores diante do cenário de industrialização (SANTOS *et al.*, 2012). No estudo de Retière (2014), um agricultor afirma que o motivo de continuar trabalhando no cultivo seria devido ao apreço dos clientes em relação à qualidade dos seus produtos. O setor agropecuário familiar assume uma importância considerável no que diz respeito à absorção de emprego e produção de alimentos, os quais também são direcionados para o autoconsumo (GUILHOTO *et al.*, 2007, p. 13).

A produção agrícola mecanizada em larga escala tomou impulso a partir de 1960, com a chamada Revolução Verde, impulsionando a utilização de produtos químicos na agricultura, objetivando acelerar a produtividade no espaço agrário. Contudo, no Brasil, as chamadas agriculturas alternativas não tiveram a mesma expansão e adesão. As agriculturas alternativas são caracterizadas por sua diversidade de formas contrariamente aos modelos agrícolas dominantes. Assim, agricultura orgânica, hidropônica, agriculturas florestais, permacultura, agroecologia, são reconhecidamente benéficas ao meio ambiente, socialmente justas, economicamente viáveis e culturalmente aceitas. Em alguns casos, a produção segue a mesma lógica da agricultura dominante. De acordo com Araújo, Amorim e Santos (2021, p. 22):

É importante esclarecer que se pode produzir orgânicos na perspectiva do agronegócio com monocultura em latifúndios, entretanto a proposta da agroecologia é a produção diversificada que reproduza os ciclos naturais elevando o equilíbrio dos agroecossistemas com a biodiversidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que toda produção agroecológica é orgânica, mas nem toda produção orgânica é agroecológica. A agroecologia vai além da produção, pois valoriza questões sociais, culturais, políticas e econômicas que influenciam os regimes agroalimentares, colocando a questão da saúde ambiental como primordial para a saúde humana, tratando-se, assim, de saúde pública.

Para Paulino (2017, p. 138) a agricultura alternativa surge “na Alemanha em 1924 com a agricultura biodinâmica e natural e, na Inglaterra, em 1946, com a agricultura orgânica, já na França, surge em 1940, com a “agriculture biodynamique d'alimentation normale”. Suas bases, grosso modo, estão na contestação política, no pensamento filosófico e na reação a padrões industriais de produção. Seus pioneiros eram, majoritariamente, das áreas biológicas, da zoologia e da agronomia e, no Brasil,

[...] sua expansão ocorreu principalmente dos anos 1970 a 1980 e em 1990 ocorreu sua institucionalização e consolidação. Já durante os anos 2000, fortalecem-se as definições para novas dimensões da agroecologia. Seu

arcabouço cresceu de uma análise do campo para a escala dos agroecossistemas e finalmente do sistema alimentar. No século XX, o Estado passa a se entrelaçar com campos considerados de importância prática, trazendo novas funções para o conhecimento. As décadas de 1940 e 1950 presenciaram a utopia do poder da ciência para resolver todos os problemas da humanidade e, a partir da Segunda Guerra Mundial, temos também um crescimento acelerado da ciência graças ao aumento do apoio governamental, que assume responsabilidade cada vez maior no financiamento de pesquisas. (PAULINO, 2017, p. 138).

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo compreender os desafios e possibilidades do desenvolvimento da feira agroecológica de Lagoa Seca, estado da Paraíba, a partir do olhar dos feirantes. Como desdobramento desse objetivo, elencou-se: analisar os motivos que levaram os feirantes a empreender de forma sustentável; identificar quais os produtos que são comercializados na feira agroecológica em questão; e investigar se os feirantes recebem ajuda de órgãos municipais, estaduais e federais para o manejo sustentável.

Após as ponderações acima, que constituem a Introdução desse trabalho e os objetivos da pesquisa, seguem-se: o Aporte Teórico, alicerçado em Gazolla e Schneider (2007); Bianchini (2015); Lamarche (1993); Souto (2011); Sposito e Abreu (2017) e outros autores da temática em questão; a Metodologia, onde se apresenta a abordagem, o método, os procedimentos e os instrumentos utilizados para a organização dos dados em estudo; os Resultados e Discussão, que trazem a descrição e análise dos dados correlacionando-os ao Aporte Teórico; e, por fim, as Considerações Finais que retomam o objetivo geral e o pressuposto de pesquisa, bem como sua relação com o processo da pesquisa para o fechamento do texto.

Aporte Teórico

Aspectos gerais da Agricultura Familiar

O conceito de Agricultura Familiar é tratado por diversos autores em diferentes países, considerando a história de cada nação e suas características socioeconômicas. Nos Estados Unidos, a definição de estabelecimento familiar não está relacionada ao seu tamanho físico, volume de vendas ou o montante de recursos investidos, mas sim, ao grau em que a gestão e o trabalho são desenvolvidos efetivamente pela família ou com uma quantidade de trabalho assalariado que, em média, não ultrapassa a contribuição da própria família.

Por outro lado, na unidade patronal, os membros das famílias não exercem atividades diretamente ligadas ao estabelecimento ou, se exercem, o fazem em menor proporção do que a mão de obra contratada (CARNEIRO, 2008). As características da Agricultura Familiar naquele país se distanciam da visão corrente de agricultura atrasada, preocupada com o autossustento e com forte exploração de mão de obra. Nota-se, ao contrário, que esse modelo se utiliza do avanço tecnológico, aplicando a mecanização nos trabalhos agrícolas.

Em 2006 foi aprovada e sancionada a Lei n.º 11.346/2006 – Lei de Segurança Alimentar e Nutricional –, que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e assegura a alimentação adequada como um direito humano fundamental, atribuindo ao poder público o dever de adotar políticas e ações para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população (BRASIL, 2006). Em 2010, resultante de amplo processo de mobilização social, foi aprovada a Emenda Constitucional n.º 64, que inclui a alimentação no Artigo 6º da Constituição Federal, para a garantia do direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2010). Portanto, o Estado brasileiro tem as obrigações de respeitar, proteger, promover e prover a alimentação da população (BRASIL, 2014).

Assim, Agricultura Familiar é fundamental para a promoção da segurança alimentar para a população, pois, segundo Gazolla e Schneider (2007), esse tipo de produção preenche alguns dos princípios fundantes do conceito de segurança alimentar. Dentre estes, estão o

princípio do acesso regular e contínuo aos alimentos; o fornecimento de quantidades de alimentos suficientes e permanentes; o da qualidade nutricional; e o de consistir em uma alimentação que esteja de acordo com os hábitos de consumo e a “cultura alimentar”.

Para o autor Lamarche (1993), a utilização da Agricultura Familiar está presente em todo o mundo desde os tempos remotos. As explorações familiares que sempre se mantiveram em seus lugares são as que souberam ou puderam se adaptar às exigências impostas por situações novas e diversas, como as instabilidades climáticas, a coletivização das terras ou a mutação sociocultural determinada pela economia do mercado.

Estudos têm demonstrado que os resultados econômicos obtidos pelos agricultores são elementos-chave para fortalecer estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável. Não obstante, não se trata apenas de buscar aumento de produção e produtividade agropecuária a qualquer custo, pois eles podem ocasionar reduções de renda e dependências crescentes em relação a fatores externos, além de danos ambientais que podem resultar em perdas econômicas em curto ou médio prazo. A sustentabilidade de agroecossistemas também supõe a necessidade de obterem-se balanços agroenergéticos positivos, sendo necessário compatibilizar a relação entre produção agropecuária e consumo de energias não renováveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

A agricultura familiar no Brasil: o Nordeste e a Paraíba em questão

O Brasil é um dos poucos países no mundo que possui um conjunto de políticas públicas para o desenvolvimento rural com o objetivo de reduzir as desigualdades, realizar a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares em toda a sua diversidade e garantir a segurança alimentar de toda a população. Entre essas políticas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um dos que merece destaque. Criado em 1995, como uma linha de crédito rural, fruto de uma intensa participação das organizações da agricultura familiar, o programa foi se estruturando e atinge hoje o rural brasileiro em toda a sua diversidade (BIANCHINI, 2015).

A Agricultura Familiar brasileira, de acordo com INCRA/FAO (1996), pode ser definida a partir de três características básicas:

- a) A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizada são feitas por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
- b) A maior parte do trabalho é igualmente exercida pelos membros da família;
- c) A propriedade dos meios de produção pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

A Agricultura Familiar representa importante segmento da economia brasileira. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, dos estabelecimentos rurais brasileiros, 76,8% enquadram-se no modelo de agricultura familiar (IBGE, 2019a). Entretanto, vem sentindo de maneira mais aguda o impacto do baixo valor de mercado dos produtos agrícolas, bem como a existência de fatores adversos à sua viabilização econômica, como a instabilidade climática, o uso de tecnologias inapropriadas, as dificuldades de acesso ao crédito, a falta de assistência técnica adequada, além da precariedade dos sistemas de armazenagem, beneficiamento, transporte e comercialização dos produtos agrícolas (GONÇALVES, 2001).

É no Nordeste que se concentram os segmentos mais pobres dos agricultores familiares do Brasil e onde as políticas de geração de renda encontram maior dificuldade em sua efetivação. Quase não existe tradição camponesa, porque praticamente todas as terras férteis eram monopolizadas com a produção de cana e algodão, em grande escala, marginalizando boa parte da população rural a lugares com baixa fertilidade e produtividade. Ao se comparar, por exemplo, os produtores familiares do Sul e do Nordeste brasileiro, as diferenças regionais ficam mais evidentes: em média, a produtividade por estabelecimento da agricultura familiar

no Sul é seis vezes maior do que no Nordeste; e a produtividade por hectare é quase oito vezes maior do que no Nordeste (KÜSTER; MARTÍ, 2004).

De acordo com o censo agropecuário de 2017, percebe-se que o número de agricultores familiares no Nordeste é bem maior que o de não familiares, pode-se verificar que:

Existiam 2.322.719 estabelecimentos rurais no Nordeste, em 2017. Desse universo, 1.838.846 (79,2%) eram agricultores familiares. Em outras palavras, de cada cem estabelecimentos recenseados no meio rural da região ao menos 79 eram pequenos e tocados predominantemente pela família. (AQUINO; ALVES; VIDAL, 2020, p. 99).

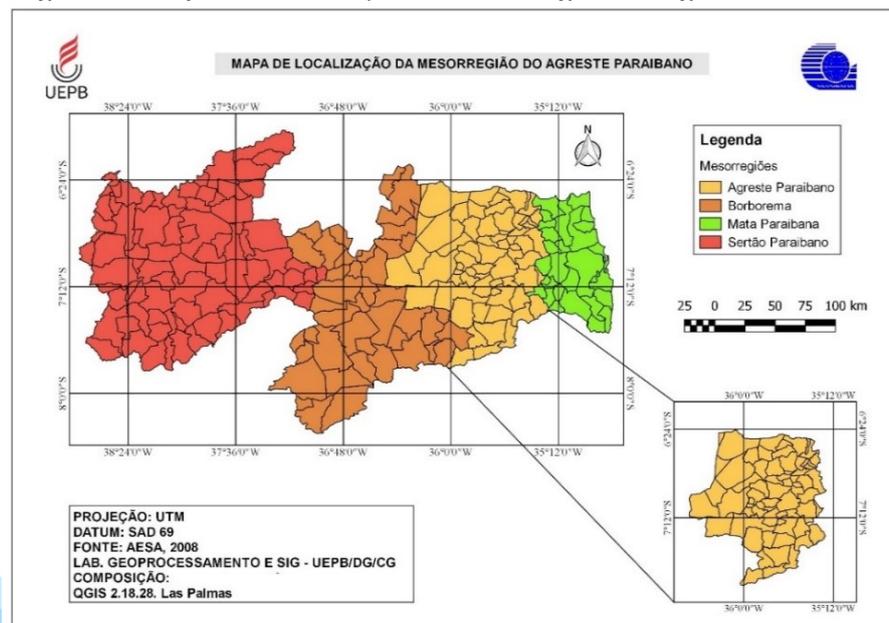
No entanto, a insustentabilidade agrícola permeia uma grande cota desses agricultores, ou seja, não contemplam as três dimensões básicas: crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental.

Com base nos dados do IBGE, (2006) o Estado da Paraíba possuía uma área agrícola produtiva de 3 750 206 ha, distribuídos com lavouras (704 690 ha), pastagens (1 997 909 ha) e matas e florestas (1 167 936 ha). No uso da terra para lavouras tem-se que 10,71% (94 817 ha) são destinados às permanentes, 61,65% (546 056 ha) são destinados para as temporárias e 27,64% (244 838 ha.) são destinados para as temporárias em descanso.

Dados atuais mostram que a importância da agricultura familiar na Paraíba se faz presente tanto em termos de geração de receitas quanto de emprego no setor primário estadual. Em relação ao emprego, 73,4% das 424.116 pessoas ocupadas na agropecuária paraibana estavam absorvidas nos estabelecimentos familiares em 2017. Essas unidades produtivas respondiam por 44,5% das receitas dos estabelecimentos agropecuários estaduais (IBGE/SIDRA, 2019) apud (TARGINO; MOREIRA, 2020, p. 137).

No Estado da Paraíba, o conjunto da agricultura familiar está presente predominantemente na mesorregião do Agreste (Figura 1), com 49% dos estabelecimentos agrícolas dessa categoria. Os pequenos estabelecimentos de até 50 ha correspondem a 90% do total de propriedades rurais do Estado, mas ocupam apenas 22% da área agrícola total (IBGE, 1995). Ao norte de Campina Grande, município polarizador da mesorregião do Agreste, há um predomínio absoluto da pequena propriedade, fazendo desta a única região minifundiária do estado (MOREIRA, 1988).

Figura 1 - Mapa de localização da Mesorregião do Agreste Paraibano.



Fonte: Autores (org.), 2020 a partir da AESA, 2008.

É conhecida como Agreste a faixa de terras que está localizada entre a Zona da Mata e o Sertão do Nordeste brasileiro. Trata-se de uma região semiárida, com precipitações pluviométricas irregulares, e com o bioma caatinga (mata branca) predominante. Em algumas regiões, existem pequenas áreas úmidas, os chamados brejos, onde se desenvolvem atividades agrícolas diversificadas durante todo o ano.

O Agreste Paraibano estende-se por uma área de 12 914.069 km², limitando-se ao Norte com o Rio Grande do Norte, ao Sul com a Mata Pernambucana, ao Leste com a Mata e ao Oeste com a Borborema. Com uma população estimada em 1 213 279 habitantes, de acordo com o IBGE (2010), é uma mesorregião composta por 66 municípios. Em número populacional, Campina Grande é o maior deles, com mais de 400 mil habitantes.

A Agroecologia: entre lutas e resistências

A ciência da Agroecologia nasce como uma nova escola que se adere à perspectiva sociológica fugindo das correntes teóricas convencionais, tendo sua construção baseada no pensamento social alternativo e em elementos recolhidos de diferentes ciências, que se fazem necessários para a sua constituição enquanto enfoque científico: um novo paradigma (SOUTO, 2011).

A Agroecologia propõe o resgate de conhecimentos e saberes locais (indígenas, camponeses) como forma de assegurar que a intervenção humana nos agroecossistemas e o desenvolvimento da agricultura respeitem os aspectos culturais. Autores ligados a esse enfoque entendem que, historicamente, uma coevolução dos sistemas social e biológico assegurou uma sustentabilidade relativa dos sistemas agrícolas tradicionais, o que teria sido rompido pela introdução da agricultura moderna. A reconstrução de processos de produção agrícola sustentáveis recomendaria, portanto, que se partisse do conhecimento das anteriores formas de coevolução do homem e da natureza (NORGAARD, 1989).

A Agroecologia tem sido a ciência primordial em que se apoiam ambientalistas para discutir as causas socioambientais. Menciona-se Pinheiro (2005) que confronta ideias do modelo convencional de agricultura focada na inserção de agrotóxicos. Para o autor, a agricultura orgânica surgiu como modelo de agricultura “saúdável”, por volta de 1980, contrapondo-se à agricultura convencional. Essa, baseada na teoria da “revolução verde”, tinha como ideologia a disseminação de alimentos pelo mundo com a principal finalidade: erradicação da fome, que havia aumentado após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com Guzmán (2006, p. 224):

La agroecología contempla el manejo de los recursos naturales desde una perspectiva globalizadora; es decir, que tenga en cuenta los recursos humanos y naturales que definen la estructura de los agroecossistemas: sus factores sociales (étnicos, religiosos, económicos y culturales) y naturales (agua, suelo, energía solar, especies vegetales y animales). Su análisis implica, por tanto, una perspectiva sistémica contraria a la parcelación sectorial clásica de los especialistas en las distintas ciencias tanto sociales como naturales.

Assim, a agroecologia consiste em um modelo de produção de alimentos apropriado para a conservação e utilização do solo, da biodiversidade e agrobiodiversidade de forma sustentável. Além disso, é uma estratégia que une esforços e a luta universal de pequenos agricultores na tentativa de alcançar segurança e soberania alimentar (NODARI; GUERRA, 2015).

Para Altieri (2008), a Agroecologia trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.

Porém, para muitos, a Agroecologia é considerada como ciência, porém, para outros, configura-se como uma prática produtiva que, em partes, assemelha-se a outros modelos

não convencionais de produção (BORSATTO; CARMO, 2013). Leff (2002), por sua vez, explana que a origem da Agroecologia se deu a partir da interação entre o conhecimento tradicional dos agricultores e o conhecimento científico de 15 professores (as) e pesquisadores (as) que se comprometeram com a procura de técnicas produtivas mais sustentáveis.

O autor afirma que, sob a perspectiva da produção, a sustentabilidade somente poderá ser alcançada no contexto de uma “organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente”, entrando a Agroecologia como suporte e com “as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento rural sustentável”, assim, espera-se que os agricultores e camponeses se transformem nos “arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento” (ALTIERI, 2001, p. 21), condição indispensável para o avanço do empoderamento dos agricultores e comunidades rurais como protagonistas dos rumos dos processos de mudança social.

A estratégia agroecológica põe em prática as ações da agricultura familiar para um maior desenvolvimento dos atores que participam e as praticam. Mas, mostrar a Agroecologia é também se reportar à modernização conservadora. De acordo com Alves (2005), durante a década de 1950 a 1970, o Brasil passou por uma grande transformação no campo e na cidade com a industrialização.

A importância da Agroecologia para a agricultura familiar é colocar o agricultor agroecológico como “protagonista” do seu desenvolvimento com participação familiar e igualdade de gênero. E, dessa forma, tentar se emancipar fortalecendo a agricultura familiar através de parcerias entre os próprios agricultores, e destes com entidades que possam apoiá-los social e tecnicamente.

Dessa forma, o modelo de produção orgânica e os chamados “selos verdes” estão atrelados cada vez mais a nichos de mercado e com menos compromisso na luta social, o que difere da Agroecologia que está atrelada aos aspectos sociais de produção rentável e manutenção da família e seu patrimônio, cujas feiras podem dar o retorno aos agricultores familiares.

As feiras agroecológicas e o desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil está ligado, principalmente, à possibilidade de o agricultor conseguir aumentar a produtividade, ter acesso a canais de comercialização e a financiamentos que possam permitir investimentos na propriedade (BRASIL, 2014). Nesse sentido, com o objetivo de fortalecer o segmento da agricultura familiar no Brasil, foram criados e implantados alguns programas governamentais como o PRONAF, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (Programa Cisternas) e o Programa Nacional de Sementes e Mudas da Agricultura Familiar (Programa Sementes) (CAMPOS; ALVES, 2014).

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar promovem a soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por meio do apoio à produção de alimentos de qualidade e diversificados, valorizando a agricultura familiar e contribuindo para o fortalecimento do sistema agroalimentar local através, inclusive, da possibilidade de aumento e/ou estabilidade da produção para comercialização e geração de renda.

Em Lagoa Seca (PB), existem diversos agricultores que mantêm a prática de sustentabilidade agrícola, baseada nos princípios da agroecologia. Há mais de 14 anos esses agricultores conquistaram novas territorialidades (HAESBERT, 2010) nas feiras agroecológicas que acontecem no agreste paraibano em diferentes cidades: Campina Grande, Esperança, Alagoa Nova e Lagoa Seca.

De acordo com Santos (2010, p. 97):

O desenvolvimento da agroecologia na mesorregião do Agreste Paraibano se efetivou a partir da segunda metade da década de 1990, no qual foi alicerçado a partir de uma estrutura organizativa já existente naquela região: os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs, cujo surgimento, ali, remonta às décadas de 1950-60.

É importante frisar que a “feira é um espaço social, cultural e educativo que propicia o desenvolvimento de relações entre consumidores e produtores ecológicos. A feira traz diversidade, resgata valores, crenças e possibilita a troca de informações sobre alimentação, saúde e qualidade de vida” (DAROLT, 2012, p. 91).

Em 2012, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) constatou a existência de 140 feiras ecológicas certificadas em 22 capitais do Brasil. Além disso, a pesquisa ressaltou que nos ambientes em que a Agricultura Familiar se faz presente, as vendas diretas ficam mais acentuadas em canais de circuitos curtos (DAROLT; LAMINE; BRANDENBURG, 2013). Nesse prisma, quando a pauta se trata da comercialização de produtos orgânicos, as feiras-livres ganham destaque (SPOSITO; ABREU, 2017).

Na perspectiva apontada por Araújo, Amorim e Santos (2021, p. 19), percebe-se que:

As feiras orgânicas e agroecológicas multiplicam-se pelo Brasil, tendo em vista a busca por alimentos saudáveis livres de agrotóxicos [...]. Cada feira agroecológica e orgânica que se efetiva é reflexo do progresso das agriculturas ecológicas, cada vez mais fundamentais para a saúde do planeta e dos seres humanos.

Em relação à venda direta, é importante ressaltar que ela proporciona maiores lucros aos produtores visto que não há participação do intermediário (PADUA-GOMES; GOMES; PADOVAN, 2015). Em pequenas localidades de produção, existem desafios grandes quanto à popularidade dos produtos orgânicos, tendo em vista que o crescimento dessa linha de produção não ocorre na mesma intensidade que nos pequenos e grandes centros urbanos. Além disso, o pouco conhecimento das pessoas a respeito dos produtos orgânicos também tem sido causa dessa complexidade na comercialização (DANTAS *et al.*, 2011).

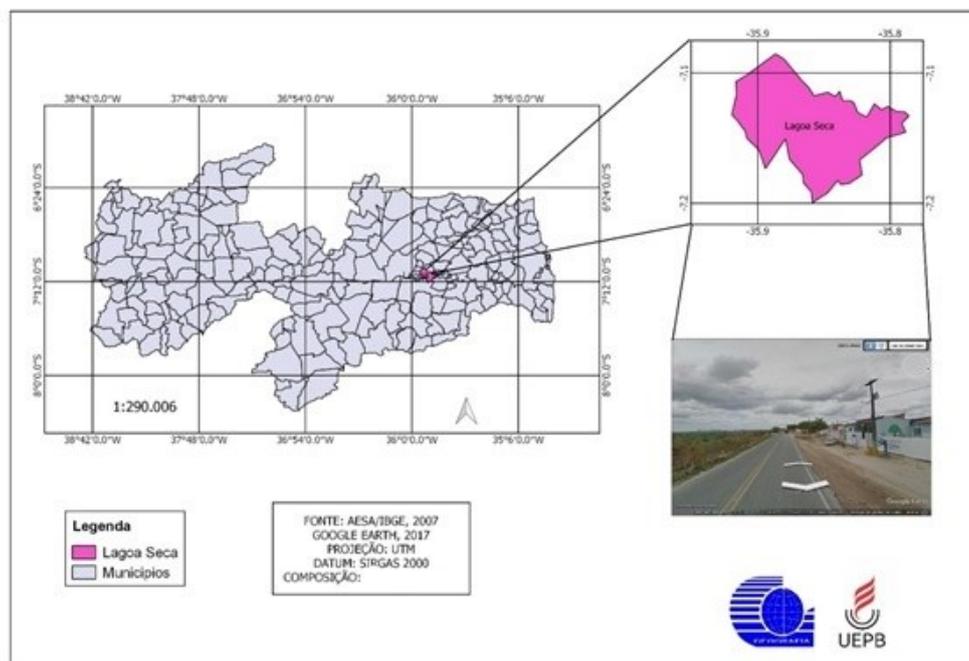
Em virtude das dificuldades enfrentadas, os produtores comercializam em supermercados e por meio de atravessadores, não garantindo, dessa forma, a sustentabilidade, contribuindo para que muitos produtores voltem a produzir do modo convencional, fazendo o uso de insumos agroquímicos (SPOSITO; ABREU, 2017).

Metodologia

O município de Lagoa Seca (Figura 2) possui os seguintes distritos: Chã do Marinho, Floriano, São Pedro (Campinote), Alvinho e Jenipapo. O município está inserido na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1000 metros. O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados. Com respeito à fertilidade dos solos é bastante variada, com certa predominância de média para alta (SOUTO, 2011).

A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de Julho e Agosto de 2021, e contou com a participação de feirantes que comercializam produtos agroecológicos na feira agroecológica do mercado central do município de Lagoa Seca (PB). Foram no total de três visitas a Feira agroecológica, sendo uma no mês de Julho e duas no mês de Agosto. E uma visita no mês de Agosto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município supracitado.

Figura 2 - Localização do município de Lagoa Seca (PB).



Fonte: Autores (org.), 2020 a partir de AESA/IBGE, 2007.

A abordagem desse trabalho está classificada como quali-quantitativa. De acordo com Ensslin e Vianna (2008, n. p.):

A abordagem quali-quantitativa não é oposta ou contraditória em relação à pesquisa quantitativa, ou a pesquisa qualitativa, mas de necessária predominância ao se considerar a relação dinâmica entre o mundo real, os sujeitos e a pesquisa, ainda mais quando se intensificam os consensos nos questionamentos acerca das limitações da Pesquisa Operacional Clássica em incorporar os sujeitos, objetos e ambientes no contexto de construção do conhecimento e consequentemente nas metodologias de pesquisa.

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi de caráter exploratório e descritivo. Dessa forma, os sujeitos selecionados para essa pesquisa foram os feirantes que comercializam os produtos oriundos da agricultura orgânica e agroecológica.

A análise descritiva, conforme Gil (2007) é uma análise em profundidade que visa descrever, classificar e interpretar o objeto estudado. Utiliza técnicas mais sistematizadas e rigorosas [...], nos casos em que se proporciona uma nova visão do objeto, aproxima-se da pesquisa exploratória.

O método escolhido para tal abordagem foi o estudo de caso cujas premissas partem do princípio de caracterização abrangente, a partir da qual é possível coletar e registrar dados de um caso particular ou do coletivo, tornando possível a organização e análise desses dados. De acordo com Pádua (2004, p. 74), o estudo de caso trata-se de abordagem qualitativa, seja como o próprio trabalho monográfico, seja como elemento complementar em uma coleta de dados.

Para melhor compreender os resultados obtidos na pesquisa *in loco*, primeiramente será enfatizado o histórico da feira, obtido através de uma entrevista estruturada enfatizando, principalmente, o relato de um dos fundadores da feira. Posteriormente, serão debatidos os resultados obtidos com a aplicação do questionário estruturado aplicado a quatro dos cinco feirantes que comercializam os produtos agroecológicos na feira. Destaca-se que a feirante que

não pôde colaborar com a pesquisa, estava se recuperando da covid-19 e não tinha condições de estar trabalhando no momento das entrevistas.

Do ponto de vista ético, segue-se todos os princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e sociais, estabelecidos pela resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.

Resultados e Discussão

Histórico da Feira agroecológica do Mercado Central de Lagoa Seca (PB)

A Feira agroecológica do Mercado Central de Lagoa Seca (PB) teve início no mês de Dezembro de 2001, especificamente nos dias do Natal e do Ano Novo, visto que naquele ano houve uma campanha nominada “Natal e o Ano Novo sem veneno”. Vários foram os fundadores da feira, entre eles o Senhor Nelson Ferreira, que concedeu a entrevista para a realização da pesquisa. De acordo com Santos (2010, p. 99), “As condições de comercialização eram ainda precárias, mas o interesse de constituir uma experiência diferenciada motivou sua continuidade.”.

A feira começou com 36 agricultores em média. Funcionava inicialmente na Rua Antônio Borges, ao lado da padaria Bom Jesus, no município de Lagoa Seca. A infraestrutura não era tão boa, os produtos eram colocados em cima de caixas que ficavam no chão. (Figura 3). As barracas, para exposição dos produtos, só foram postas na feira depois de alguns meses.

Figura 3 - Feira orgânica na cidade de Lagoa Seca em Dezembro de 2001.



Fonte: Santos (2012) obtida da associação do Sítio Almeida em 2012.

De acordo com o relato de Nelson Ferreira, ao iniciar seus trabalhos na feira, possuía apenas o conhecimento da prática e do trabalho bruto, não sabia e nem tinha noção do que estava por trás do seu próprio ofício. Segundo ele, plantava porque precisava para tirar o sustento da família e para se alimentar. No ano de 2001, a situação mudou, pois, o entrevistado conheceu a agricultura agroecológica e se interessou pelos produtos, quis aprender sobre o seu desenvolvimento e entender as diferenças em relação à agricultura convencional. Assim, adquiriu mais sabedoria e conhecimento sobre os produtos orgânicos, recebeu ajuda de pessoas especializadas e fez disso uma forma de garantir sua renda.

Na época, o objetivo de criar a feira agroecológica se deu pela necessidade de comercializar os produtos oriundos de sua propriedade. De acordo com o pesquisado, não tinha sentido vender as suas mercadorias em feiras convencionais, já que eram advindas da agroecologia. Destaca-se que o agricultor sempre frisava a importância do não uso de agrotóxicos; a importância do tempo de colheita; as sementes especiais; e o trabalho árduo que se tinha para desenvolver uma agricultura livre de agrotóxicos.

Concomitantemente, foi citada a importância de vender o produto diretamente ao consumidor, ou seja, sem envolver um atravessador. Desse modo, a partir do momento que o produto é vendido diretamente ao consumidor, poderá ter um preço menor, pois não irá envolver outros agentes que venderiam os produtos com preço de revenda.

De acordo com Ramalho, Santos e Silva (2010) a eliminação da figura do atravessador aumenta o poder do comerciante ao passo que valoriza sua força de trabalho. Ademais, para o consumidor e o próprio trabalhador é interessante que os alimentos orgânicos produzidos apresentem características distintas, que serão reconhecidas através do poder sensitivo e da aparência dos alimentos.

No diálogo com o Sr. Antônio Rodrigues (outro feirante), percebe-se este demonstra muito entusiasmo na venda dos produtos orgânicos que advém da sua propriedade. O pesquisado chega a convidar os consumidores para visitarem sua propriedade para observarem a sua plantação agroecológica, trazendo ainda mais confiança aos consumidores que estão adquirindo a mercadoria.

Assim, percebe-se que as feiras, onde se vendem os produtos orgânicos, são espaços no qual os sujeitos compartilham diversas experiências e vivências, construindo e fortalecendo relações de sociabilidade, convivência, pertencimento e estilo de vida e até mesmo de sonhos (RAMALHO; SANTOS; SILVA, 2010).

Os principais produtos comercializados na feira são: abobrinha, alface americano, alface crespa, banana, couve, cebolinha, macaxeira e repolho. No entanto, existe outra gama de alimentos que se pode encontrar nas barracas agroecológicas na feira de Lagoa Seca.

A diversidade da produção é importante para a subsistência de renda durante todo o ano para os trabalhadores (CAPORAL; COSTABEBER, 2006), permitindo ao consumidor fazer suas escolhas, podendo este optar por tantos e quantos produtos forem possíveis.

Para garantir a melhor organização da feira, foi criado o fundo de feira, desde 2001, no qual os vendedores pagam semanalmente uma quantia de R\$ 5,00 para a Associação dos Agricultores Rurais da Cidade de Lagoa Seca (PB), em prol de garantir a logística, limpeza, entre outros benefícios para os agricultores.

Percebe-se que o trabalho agroecológico vai criando sua própria estrutura e logística de organização, buscando o bem de todos que integram na comunidade, que depende do trabalho que começa em suas propriedades e termina nas feiras. A frequência da população em geral é indispensável para que as feiras agroecológicas consigam crescer e, assim, proporcionar melhores produtos na mesa dos consumidores. Não se pode esquecer também do papel do Estado, que precisa apoiar esses produtores com políticas públicas oferecendo créditos, sementes, e até mesmo recursos tecnológicos para dinamizar a produção e, conseqüentemente, os lucros.

Nesse sentido, a mesorregião da Borborema do estado da Paraíba conta com a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológica do Compartimento da Borborema (EcoBorborema), na qual todos os feirantes possuem a autorização de comercializar produtos orgânicos não certificados diretamente ao consumidor, nos termos da Lei n.º 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e regulamentado pelo Decreto n.º 6.328 de 27 de dezembro de 2007.

Análise do questionário: conhecendo melhor os feirantes e suas práticas

A pesquisa foi realizada com quatro dos cinco feirantes que produzem e vendem seus produtos na Feira agroecológica do Mercado Central de Lagoa Seca (PB) (Figura 4).

Figura 4 - Feira agroecológica de Lagoa Seca (PB).



Fonte: Autores (org.), 2021.

Para melhor compreender a desenvoltura da parte empírica da pesquisa, no dia 12 de Julho realizou-se o reconhecimento geral da feira e, no dia 10 de Agosto, pôde-se visitar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca. No dia 21 de Agosto, numa nova ida à feira, aplicou-se um questionário estruturado com 40 questões, sendo 30 questões abertas e 10 questões de múltipla escolha com agricultores agroecológicos. No dia 25 de Agosto finalizaram-se as entrevistas e iniciou-se a análise dos dados colhidos em *locus*.

No Quadro 1 é possível observar as informações gerais dos pesquisados, a saber: idade; sexo; quantidade de moradores residindo em suas casas; e nível de escolaridade.

Quadro 1 - Informações pessoais das famílias entrevistadas.

Família	Sexo do representante	Idade	Quantidade de membros na família	Escolaridade
Família A	Masculino	72	3	Fundamental incompleto
Família B	Masculino	23	7	Médio completo
Família C	Masculino	78	4	Fundamental incompleto
Família D	Masculino	60	8	Fundamental incompleto

Fonte: Autores (org.), 2021.

Diante do exposto no Quadro 1, percebe-se que a maior parte dos pesquisados não possuem o Ensino Fundamental completo, o que é algo bastante comum entre os idosos (as) que residem na zona rural, devido à falta de oportunidade de estudar, visto a necessidade de trabalhar na roça para ajudar os pais. O participante da Família B concluiu o Ensino Médio, demonstrando que atualmente está mais fácil ingressar na escola, mesmo em meio às inúmeras contradições sociais existentes no país, no qual muitos alunos precisam deixar os estudos para trabalhar e ajudar na renda de suas famílias.

No tocante à quantidade de membros nas famílias, é notório que as Famílias B e D são mais numerosas que as Famílias A e C. Em relação ao lugar de moradia, todos os feirantes relataram que moram na zona rural de Lagoa Seca (PB), onde produzem os orgânicos em suas propriedades.

Quando perguntados se estão vinculados a algum programa do governo como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ou Bolsa Família, percebeu-se que apenas a Família B possui cadastro no Bolsa Família e a Família D no PRONAF. Assim, notou-se a falta de assistência por parte dos programas do governo federal. Apesar de existir o PRONAF Agroecologia³, que ajuda no financiamento para investimentos em sistemas de produção agroecológicas ou orgânicas, incluindo até os custos de implantação e manutenção dos empreendimentos, grande parte dos entrevistados não tem acesso ou não conhecem o programa.

Os tamanhos médios das propriedades dos agricultores orgânicos pesquisados variam entre 1 a 6,3 hectares, em todos os casos os terrenos são próprios (Quadro 2).

Quadro 2 - Informações referentes aos tamanhos das propriedades, posse do terreno e produtos produzidos.

Família	Hectares	Terreno	Produção
Família A	1	Próprio	Alface (cinco variedades); coentro; frutas; couve-flor, abóbora, entre outros.
Família B	3	Próprio	Hortaliças, legumes, tubérculos, macaxeira, batata doce.
Família C	4	Próprio	Banana
Família D	6.3	Próprio	Hortaliças, feijão, batata doce, batata-inglesa, inhame e tomate.

Fonte: Autores (org.), 2021.

³ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>

Sobre as culturas orgânicas produzidas, as hortaliças são as mais cultivadas o ano todo, em razão de as propriedades possuírem reservatórios de água como poços, barreiros, barragens e cisternas, que conseguem manter a demanda anualmente. Destaca-se que na área plantada de três pesquisados são feitos consórcios (cultivo de duas ou mais culturas em uma mesma área e ao mesmo tempo). A Família C planta apenas banana e as demais variam entre hortaliças, frutas e verduras. Na Figura 5, é possível observar parte da área da propriedade da Família B.

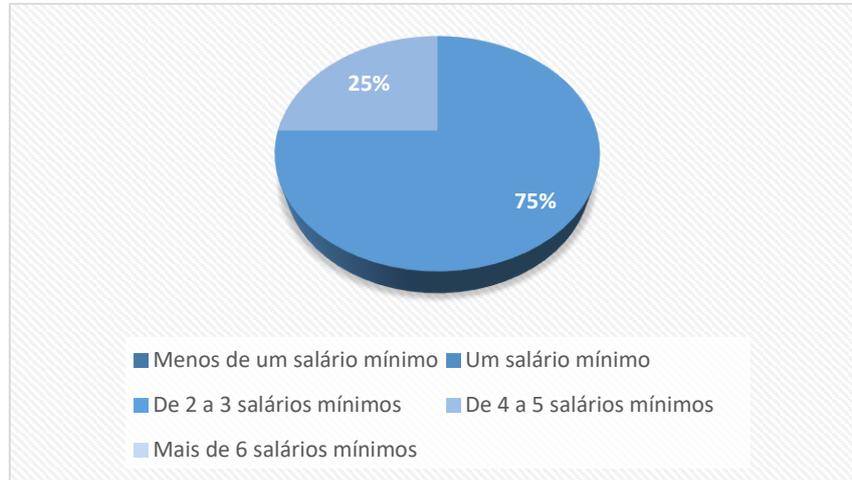
Figura 5 - Área cultivada da Família B.



Fonte: Autores (org.), 2021.

Em relação à renda mensal das famílias dos pesquisados, percebeu-se que todos possuem uma renda de mais de um salário mínimo (Gráfico 1). No entanto, é preciso levar em consideração a quantidade de membros de cada família, pois, quanto maior o número de pessoas residindo numa casa, maiores são os gastos com alimentação, saúde, e outras necessidades básicas.

Gráfico 1 - Renda mensal das famílias.

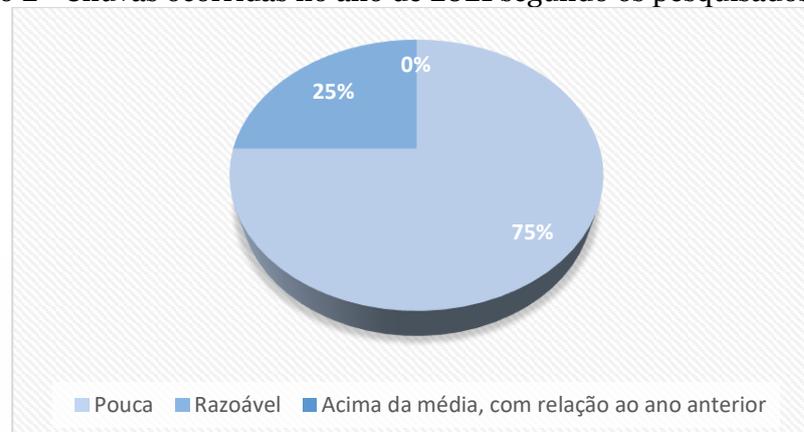


Fonte: Autores (org.), 2021.

De acordo com o Gráfico 1, três famílias possuem renda de 2 a 3 salários mínimos (75%), sendo elas: B, C e D. A Família A, tem renda variando de 4 a 5 salários mínimos (25%). Consta-se então, que a distribuição de renda se dá de forma desigual, pois a família A possui três membros e a renda é de 4 a 5 salários mínimos, enquanto as Famílias B e D possuem sete e oito pessoas, respectivamente, e possuem uma renda de 2 a 3 salários mínimos. É importante frisar que na Família A apenas o genro do pesquisado depende exclusivamente da renda advinda da agricultura agroecológica, os demais possuem outros vínculos empregatícios, como as filhas do entrevistado que são empregadas domésticas. Nas demais famílias, todos dependem da agricultura agroecológica.

Em uma questão de múltipla escolha perguntou-se se “a produção deste ano (2021), superou a do ano passado (2020)”. Pôde-se concluir que os pesquisados das Famílias A e B consideraram que a produção do ano de 2021 superou a do ano de 2020, já os demais pesquisados afirmaram que ‘não’, devido aos inúmeros obstáculos impostos pela pandemia da covid-19 e à falta de chuvas na região. No Gráfico 2, é possível observar como os agricultores avaliaram as chuvas ao longo do primeiro semestre de 2021.

Gráfico 2 - Chuvas ocorridas no ano de 2021 segundo os pesquisados.



Fonte: Autores (org.) 2021.

Observa-se que três (75%) dos entrevistados consideraram que houve pouca chuva no primeiro período de 2021 e um (25%), considerou razoável em relação ao mesmo período citado. Segundo o pesquisado da Família A, a situação melhorou um pouco com as chuvas ocorridas no mês de Agosto (início do segundo semestre).

Quando perguntados, numa questão de múltipla escolha, sobre os instrumentos agrícolas utilizados nas propriedades, constatou-se que apenas a Família C utiliza instrumentos rudimentares (arado de madeira ou de ferro); as demais famílias utilizam, além dos instrumentos rudimentares, equipamentos tecnológicos, como o uso do motocultivador tratorito para fazer o canteiro, e não estar “fofando” a terra com a inchada. Em relação à observância de modificações nas formas de trabalho na agricultura desde o tempo de seus avós até os dias atuais, todos os pesquisados, exceto o da Família C, consideram que houve mudanças, como o desenvolvimento da agricultura orgânica e agroecológica e de técnicas que não existiam antigamente.

Referente à adubação de acordo com a necessidade do solo, constatou-se que as Famílias B, C e D fazem constantemente análises de solos. De acordo com o entrevistado da Família C, a última foi realizada no mês de Abril, no entanto não havia chegado o resultado até então. O pesquisado da Família A afirmou nunca ter feito análise no solo. Contudo, “a análise de solo é uma técnica fundamental para qualquer área de plantio, sendo ela o principal instrumento para o diagnóstico da fertilidade do solo, possibilitando a recomendação de insumos com a finalidade de atingir uma maior produtividade”. (A IMPORTÂNCIA..., 2020).

Os agricultores costumam usar para a preparação do solo, antes do plantio, esterco orgânico e bovino. De acordo com Holanda (1990), Blaise *et al.* (2005) e Salazar *et al.* (2005) apud Sampaio, Oliveira e Nascimento (2007, p. 996), percebe-se que:

A adubação orgânica com esterco bovino é uma prática milenar, tendo perdido prestígio com a introdução da adubação mineral, em meados do século 19, e retomado a importância, nas últimas décadas, com o crescimento da preocupação com o ambiente, com a alimentação saudável e com a necessidade de dar um destino apropriado às grandes quantidades produzidas em alguns países.

Em relação à prática de queimadas nas propriedades para a limpeza do solo, nota-se que a maior parte das famílias não faz o uso de queimadas (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Fazem uso de queimadas para a limpeza do solo.



Fonte: Autores (org.), 2021.

Segundo o Gráfico 3, três famílias (75%) não fazem uso de queimadas, e uma (25%) usa esse artifício na produção. É importante ressaltar que, apesar de ser uma prática milenar, a

queimada provoca sérios danos aos solos, pois gera a retirada de recursos como o fósforo, potássio e nitrogênio, essenciais para o crescimento das plantas. Segundo Santos, Bahia, Teixeira (1992, p. 62):

A principal característica das queimadas é a redução ou eliminação da cobertura vegetal do solo, o que favorece o escoamento superficial da água das chuvas, agravando o processo erosivo. Com a insuficiente cobertura do solo, a camada superficial sem proteção pode sofrer uma forte compactação pelas gotas de chuva. Esta camada compactada, por sua vez, reduz a infiltração de água e dificulta a emergência e o estabelecimento das plantas.

Quando indagados, numa questão de múltipla escolha, se já tinham ouvido falar na erosão dos solos, todos pesquisados afirmaram que ‘sim’, no entanto não sabiam destacar as suas principais consequências. De acordo com Marques (1998, p. 61-62), “A erosão do solo pode ser enfocada a partir dos impactos ambientais, classificados sob a forma de impactos internos (“on site”) e externos (“off site”) ao local de origem.”.

Compreende-se que existem vários tipos de erosão, podendo ser desde a laminar às lineares, esta última dividida em sulcos, ravinas e voçorocas, sendo as voçorocas o estágio mais avançado das erosões, pois geram grandes aberturas nos solos, impactando diretamente diversos ecossistemas. Guerra (2011, p. 34) explica que:

As voçorocas são formas resultantes de processos erosivos acelerados que evoluem no tempo e no espaço. Dessa maneira, para se conhecer como e para onde estão evoluindo, é necessário fazer o seu monitoramento. Existem diversas formas de avaliar a sua evolução.

Quando inquiridos, numa questão de múltipla escolha, se havia serviços de saneamento básico nas propriedades, constatou-se que apenas a Família A possui saneamento, enquanto as demais famílias não. Infelizmente, essa situação ainda é muito recorrente nas áreas rurais e urbanas no território paraibano, onde uma parcela significativa da população não tem acesso à água potável, esgotamento sanitário, manejos de resíduos sólidos, entre outros. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (BRASIL, 2019), 25% da população da Paraíba não tem acesso à água tratada e 65% à coleta de esgoto.

Referente ao recebimento de assistência de extensionistas e/ou técnicos rurais, o entrevistado da Família A respondeu que recebe colaboradores do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e da Cooperativa a qual está vinculada em Lagoa Seca. Já o representante da Família D afirmou que recebe colaboradores da AS-PTA; os demais participantes não recebem nenhuma assistência. No entanto, indagados se os entrevistados faziam parte de uma ou mais organizações da agricultura familiar, todos afirmaram que fazem parte de alguma cooperativa ou associação. No Quadro 4 é possível observar qual(is) organizações os participantes estão vinculados.

Quadro 4 - Organizações que os pesquisados fazem parte.

Família A	Família B	Família C	Família D
EcoBorborema	EcoBorborema	EcoBorborema	EcoBorborema
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca (PB)	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca (PB)	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca (PB)	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca (PB)
—	—	—	Articulação do Semiárido Paraibano (Asa Paraíba)

Fonte: Autores (org.), 2021.

De acordo com os pesquisados das Famílias A, C e D, depois que ingressaram nas organizações, conseguiram modificar as técnicas utilizadas na agricultura familiar: deixaram de usar agrotóxicos; usam curva de nível; produzem seus próprios adubos; entre outros pontos positivos. O participante da Família B afirmou que sempre trabalhou com a agricultura orgânica. O entrevistado da Família C, apesar de adaptar-se às propostas das cooperativas, não se encontra satisfeito, pois, segundo ele, “por conta da falta de água e de apoio das cooperativas, está pensando em voltar para a agricultura convencional”.

Quando perguntados quanto da sua produção total é comercializada com o auxílio da associação, as famílias responderam o seguinte (Quadro 5):

Quadro 5 - Quanto (%) é comercializado com o auxílio da associação.

Família A	Família B	Família C	Família D
100%	10%	100%	60%

Fonte: Autores (org.), 2021.

Percebe-se que apenas as Famílias A e C comercializam todos os seus produtos com o auxílio da associação. A Família D comercializa 60%, o que é considerado bom. No entanto, a associação tem que verificar o que está ocorrendo na Família B e pensar em alternativas, pois apenas 10% do que é produzido é comercializado com a ajuda da associação.

Em relação às perspectivas futuras sobre o desenvolvimento da agricultura agroecológica, os entrevistados relataram o seguinte:

Família A. “Será mais vendido, só tende a crescer”.

Família B. “A procura pelos produtos só vem aumentando, as pessoas querem cada vez mais entrar para esse mundo de uma alimentação orgânica, visando uma vida mais saudável”.

Família C. “Não vejo muitas perspectivas boas, só se Deus ajudar, porque pelas organizações o agricultor acha muito difícil em continuar desenvolvendo essa atividade de agricultura agroecológica”.

Família D. “Se tiver alguém para produzir e alguém que mostre o interesse para comprar, sempre será muito positiva essa atividade da agricultura agroecológica”.

Apesar das dificuldades, grande parte dos entrevistados se mostraram esperançosos com o crescimento da agricultura agroecológica. Contudo, o representante da Família C, embora venda todos os seus produtos com o auxílio da associação, não vê boas perspectivas para o futuro, visto que apenas com esse apoio é difícil continuar desenvolvendo esse tipo de agricultura.

Quando perguntados, numa questão aberta, sobre o que entendem por agricultura agroecológica, os pesquisados responderam o seguinte:

Família A. “Diferente da convencional, a orgânica é feita por amor, sem uso de agrotóxicos”.

Família B. “Aquele que preserva a qualidade das sementes, não usa semente transgênica e não utilizamos veneno”.

Família C. “Que não utiliza produtos químicos”.

Família D. “É o sistema de produção de alimentos em que a natureza financia os alimentos para as famílias com qualidade e abundância.”

Analisando as respostas, compreende-se que a atividade desenvolvida pelos entrevistados gera uma relação de harmonia com a natureza. Apesar de quererem melhores condições para o desenvolvimento das atividades, não buscam apenas o lucro, têm o cuidado com o lugar onde produzem e com a não utilização de agrotóxicos que prejudicam a saúde dos seres humanos e contaminam os solos.

Relativo à questão se a feira agroecológica de Lagoa Seca consegue abranger um público considerado ‘bom’, os feirantes disseram que todos os sábados a feira é frequentada por 50 a 100 pessoas de cidades como Campina Grande, Alagoa Nova, Casserengue, Remígio, além dos moradores da localidade. Os pesquisados afirmaram que esse público é bom, porém falta mais

divulgação sobre os produtos para que a população conheça mais os orgânicos comercializados, pois, de acordo com eles, as pessoas sabem muito pouco sobre a feira agroecológica e os benefícios de consumir os alimentos sem agrotóxicos.

Dessa forma, percebeu-se que todos os pesquisados, se consideram um empreendedor sustentável, pois, contribuem para a conservação do meio ambiente e para a alimentação saudável da população. Dessa forma, pode-se ver que há um sentimento de solidariedade entre as pessoas que trabalham na feira, pois fazem laços de amizade para além do contato no dia da feira. No mais, ressalta-se que o transporte utilizado para trazer as mercadorias para o local onde se realiza a feira, é próprio de cada pesquisado, o que contribui bastante, pois, não pagam a terceiros para fazer o deslocamento.

Por fim, apesar de somente quatro feirantes serem entrevistados, observa-se um grande potencial para o crescimento da feira agroecológica de Lagoa Seca. Sendo assim, os órgãos públicos e as associações devem procurar incentivar esses agricultores a desenvolverem os seus produtos, a fim de que outras pessoas se interessem e comecem a praticar também a agricultura sustentável, visando à manutenção do meio ambiente e a qualidade de vida da população. Isso é imprescindível, visto que os agrotóxicos trazem inúmeros problemas para a saúde humana como o câncer, lesões cerebrais, paralisias, alterações comportamentais, entre tantas outras consequências.

Considerações finais

O presente trabalho permitiu o alcance dos objetivos definidos através da análise da dinâmica do circuito curto de comercialização (venda direta), que abrange a feira agroecológica formada por pequenos agricultores familiares do município de Lagoa Seca (PB), onde produzem nas próprias terras sem utilizar agrotóxicos, fazendo o uso de defensivos naturais e técnicas de manejo agroecológico para combater pragas e doenças, contribuindo para a Segurança Alimentar e Nutricional daqueles que produzem e consomem, possibilitando mais autonomia para o pequeno agricultor e crescimento econômico.

Apesar de seguirem resistindo a algumas dificuldades – falta de incentivo e de políticas públicas efetivas que valorizem a agroecologia –, percebeu-se que grande parte dos pesquisados se mostraram esperançosos com o crescimento dessa atividade. Antemão, não podemos esquecer que, no atual cenário, há uma supervalorização do agronegócio e que grande parte da população não conhece a agroecologia, já que as mídias estão voltadas para divulgações bem rentáveis em canais abertos, em horários de grande audiência, e que com *slogan* como o “agro é *tech*, agro é *pop*, agro é *tudo*” manipulam a opinião daqueles que desconhecem o assunto.

Nesse sentido, o trabalho buscou despertar em outros pesquisadores o desejo em investigar as feiras agroecológicas dos seus municípios, dos estados e até mesmo do Brasil. Apesar da importância que essas feiras possuem, ainda são poucas as pesquisas sobre a temática. É importante e necessário que haja estudos sobre a feira que envolvam outros aspectos como o *marketing* e o impacto causado desta na vida dos consumidores.

Por fim, para que algo evolua é preciso que as pessoas conheçam a respeito. Assim, ressalta-se a necessidade de desenvolver ações que tenham como foco, principalmente, as comunidades locais, como divulgação pelas prefeituras e sindicatos, em carros de sons, visitas em escolas, incentivando as crianças, jovens e adultos a consumirem produtos agroecológicos. Ademais, aumentando o número de consumidores, conseqüentemente, aumentarão o número de agricultores interessados em desenvolver uma agricultura sustentável, livre de venenos que só prejudicam a saúde populacional.

Referências

- A IMPORTÂNCIA da análise de solo. **Cenagri Jr**, Botucatu (SP), 16 de Julho de 2020. Disponível em: <https://www.cenagrijr.com.br/post/a-importancia-da-analise-de-solo>. Acesso em: 14 set. 2021.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- AQUINO, J. R. de.; ALVES, M. O. VIDAL, M. de. F. Agricultura familiar no Nordeste: Um breve panorama dos seus ativos produtivos e da sua importância regional. **Boletim regional, urbano e ambiental**, v. 23, Edição Especial Agricultura, p. 97-110, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10481/1/brua_23_artigo7.pdf. Acesso em 23 de ago. 2021.
- ARAÚJO, D. M.; AMORIM, W. V.; SANTOS, C. D. dos. A territorialização das feiras agroecológicas e orgânicas em Fortaleza – Ceará. **Revista GeoSertões**, Cajazeiras, v. 6, n. 11, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://cfp.revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/geosertoes/article/view/1625/pdf>. Acesso em: 18 set. 2021.
- BIANCHINI, V. **Vintes anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015. 113 p.
- BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A Agroecologia como um campo científico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Dois Vizinhos, v. 8, n. 2, p. 4-13, 2013. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/12890>. Acesso em: 23 maio 2021.
- BRASIL. Decreto n.º 6.328 de 27 de dezembro de 2007. Brasília: DF, 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6328-27-dezembro-2007-567644-norma-pe.html>. Acesso em 22 de jul. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília: DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso: 1 jun. 2021.
- BRASIL. Emenda Constitucional n.º 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Brasília: DF, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm. Acesso: 5 jun. 2021.
- BRASIL. Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Brasília: DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10831.htm. Acesso em 18 de jul. 2021.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Crédito rural: programação e aplicação de recursos**. Brasília: DF, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/vegetal/estatisticas>. Acesso em: 17 jun. 2021.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Secretaria Nacional de Saneamento. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: 24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2018**. Brasília: SNS/MDR, 2019. 180 p.

CAMPOS, A.; ALVES, A. M. O programa Água para Todos: ferramenta poderosa contra a pobreza. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da. **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 467-491. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf. Acesso em: 17 maio 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise Multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, jul./set. 2002. Disponível em: http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n3/revista11_artigo3.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, [S. l.], v. 1, n. 1, nov. 2006. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/1471>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CARNEIRO, M. J. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, Campinas, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661/528>. Acesso em: 15 jul. 2021.

DANTAS, S. R. C. *et al.* Avaliação do conhecimento e aceitabilidade dos produtos orgânicos oferecidos na feira agroecológica de Bananeiras, PB. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 12., 2011, Fortaleza. **Anais eletrônicos** [...]. Fortaleza: ABA, 2011. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/11198>. Acesso em: 10 jul. 2021.

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica**: novas relações entre agricultores e consumidores. Colaboração de Hadrien Constanty. Londrina: IAPAR, 2012.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 8-13, jun. 2013. Disponível em: <http://aspta.org.br/files/2013/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ENSSLIN, L.; VIANNA, W. B. O design na pesquisa quali-quantitativa em engenharia de produção: questões epistemológicas. **Revista Produção Online**, Florianópolis, v. 8, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/view/28/25>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O papel da agricultura familiar para a segurança alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no Município de Constantina/RS. **Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural**, Brasília, v. 1, p. 85-102, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, J. E. **Economia solidária**: Solução eficiente para a Agricultura Familiar. Campo Belo, 2001. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/881.pdf>. Acesso em 20 de jul. 2021.

GUERRA, A. J. T. Experimentos e monitoramentos em erosão dos solos. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 16, p. 32-37, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47282>. Acesso em: 2 jul. 2021.

GUILHOTO, J. J. M. *et al.* PIB da Agricultura Familiar: Brasil-Estados Unidos. Brasília: MDA, 2007.

GUZMÁN, E. S. **Desde el pensamiento social agrario**. Córdoba: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, 2006.

HAESBERT, R. Entre as redes e os aglomerados de exclusão. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo Cesar da Costa; CORREA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand. 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual Técnico de Uso da Terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: http://coral.ufsm.br/cartografia/images/stories/imagens/aula/manual_uso_da_terra.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário 1995. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=748>. Acesso em 21 de jun. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/?1=>. Acesso em: 20 jun. 2021.

IN CRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília: IN CRA/FAO, 1996.

KUSTER, A.; MARTÍ, J. F. Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, 2002. Disponível em: http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n1/revista_agroecologia_ano3_n1_um1_parte08_artigo.pdf. Acesso em: 19 maio de 2021.

MARQUES, J. F. Custos da erosão do solo em razão dos seus efeitos internos e externos à área de produção agrícola. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 61-80, 1998. Disponível em: <https://www.revistasober.org/article/5da2a1e00e882523472371d3/pdf/resr-36-1-61.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2021.

MOREIRA, E. de R. F. **Mesorregiões e microrregiões da Paraíba**: delimitação e caracterização. João Pessoa: GAPLAN, 1988. 74 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=220845&view=detalhes>. Acesso em: 20 jul. 2021.

NODARI, R. O.; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisas e valores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/nDLDMTRbxWSnHBcQvyPzy6r/?format=html>. Acesso em: 3 jul. 2021.

NORGAARD, R. B. A base epistemológica da Agroecologia. *In*: ALTIERI, M. A. (ed.) **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. Disponível em: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/T7SF/Luis/Base_Epistem_Agroecologia.pdf. Acesso em: 8 jun. 2021.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2004.

PADUA-GOMES, J. B; GOMES, E. P; PADOVAN, M. P. Desafios da comercialização de produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar no estado de mato grosso do sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 1, p. 132- 156, 2015. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2124/497>. Acesso em: 17 maio 2021.

PAULINO, J. S. **O campo científico e a Agroecologia no Brasil**: atores, discursos e políticas públicas. 2017. 318 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1336>. Acesso em: 15 jun. 2021.

PINHEIRO, S. **A máfia dos alimentos no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

RAMALHO, A. M. C; SANTOS, J. G; SILVA, S. S. F. da. Resignificando as práticas de consumo: as feiras agroecológicas do agreste da Borborema-PB. In: **V ENEC – Encontro Nacional de Estudos do Consumo**. I Encontro LusoBrasileiro de Estudos do Consumo. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://silo.tips/download/palavras-chave-consumo-representacao-social-feiras-agroecologicas>. Acesso em: 20 jun. 2021.

RETIÈRE, M. I. H. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização**: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06102014-160246/pt-br.php>. Acesso em: 1 jul. 2021.

SAMPAIO, E. V. de S. B.; OLIVEIRA, N. M. B. de; NASCIMENTO, P. R. F. do. Eficiência da adubação orgânica com esterco bovino e com Egeria densa. **Revista Brasileira da Ciência do Solo**, Viçosa, v. 31, n. 5, p. 995-1002, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcs/a/68QzhfmTfG3pKTRYbfp5cv/?lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SANTOS, A. R. *et al.* Agricultura familiar e Segurança Alimentar e Nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA doação simultânea) nos Estados da Bahia e Minas Gerais. **Revista Interdisciplinar e Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 9-24, 2012.

SANTOS, D.; BAHIA, V. G.; TEIXEIRA, W. G. Queimadas e Erosão do Solo. **Inf. Agropec**, Belo Horizonte, v. 16, n. 176, p. 62-68, 1992. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Wenceslau-Teixeira/publication/313209909_Queimadas_e_Erosao_do_Solo/links/5b085577aca2725783e5d84e/Queimadas-e-Erosao-do-Solo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

SANTOS, E. da S. **As interações socioeconômicas e ambientais em torno da agricultura orgânica na zona rural de Lagoa Seca-PB**. 2012. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/2704>. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANTOS, T. A. **Agroecologia como prática social**: Feiras agroecológicas e insubordinação camponesa na Paraíba. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10012011-115446/pt-br.php>. Acesso em 02 de set. 2021.

SOUTO, R. A. de. **A viabilidade socioeconômica e ambiental das práticas agroecológicas**: estudo de caso em Lagoa Seca, Paraíba. 2011. 217 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1724>. Acesso em: 27 jul. 2021.

SOUZA, J. R. M. **A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagoa Seca-PB**: Sítios Oití, Santo Antônio, Alvinho e Floriano 2011. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/5538>. Acesso em: 28 jul. 2021.

SPOSITO, E. C.; ABREU, L. S. Diversidade da produção familiar e da comercialização de produtos orgânicos de Vitória (ES). **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 3, p. 292-315, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6354684>. Acesso em: 28 jun. 2021.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Agricultura familiar na Paraíba: Perfil com base no censo agropecuário de 2017. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 133-154, agosto, 2020. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/80223/8054629/I_1267.pdf/2eabf684-dfaf-03do-f33c-5a86452a0d48. Acesso em 20 de ago. 2021.

Recebido em: 28/01/2022.

Aprovado para publicação em: 10/01/2023.